

**AJH – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS
JARDINS HISTÓRICOS**

Demonstrações Financeiras

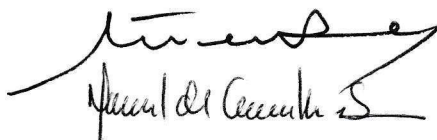
Exercício 2022

AJH - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS JARDINS HISTÓRICOS

Balanço em 31 DEZEMBRO 2022

Rúbricas	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Ativo Corrente			
Créditos a receber	5	1 126,50	1 331,69
Estado e outros entes públicos	6	5 197,43	4 422,52
Diferimentos	10	88,14	113,30
Outros ativos correntes	7	36 263,81	36 263,81
Caixa e depósitos bancários		41 285,90	34 405,84
		83 961,78	76 537,16
Total do ativo		83 961,78	76 537,16
Fundos Patrimoniais e Passivo			
Fundos patrimoniais			
Fundos	8	66 560,88	62 884,47
Resultado líquido do período	8	4 205,86	12 616,26
Total dos fundos patrimoniais		70 766,74	75 500,73
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	9	11 540,97	922,50
Estado e outros entes públicos	6	685,07	63,93
Diferimentos	10	100,00	50,00
Outros passivos correntes	9	869,00	
		13 195,04	1 036,43
Total do passivo		13 195,04	1 036,43
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		83 961,78	76 537,16

Direção



Contabilista Certificado



AJH - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS JARDINS HISTÓRICOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 DEZEMBRO 2022

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2022	2021
Vendas e serviços prestados	11	34 569,06	7 204,58
Subsídios à exploração	11	10 000,00	23 000,00
Fornecimentos e serviços externos	12	(62 906,43)	(37 333,68)
Outros rendimentos	11	23 247,16	20 418,36
Outros gastos		(675,11)	(609,07)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		4 234,68	12 680,19
Gastos / Reversões de Depreciação e de Amortização			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4 234,68	12 680,19
Resultado antes de impostos		4 234,68	12 680,19
Imposto Sobre o Rendimento do Período	6	(28,82)	(63,93)
Resultado líquido do período		4 205,86	12 616,26

Direção

Contabilista Certificado

AJH – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS JARDINS HISTÓRICOS

ANEXO

(Valores expressos em euros)

NOTA 1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Designação: AJH – Associação Portuguesa dos Jardins Históricos

Sede: Rua da Correnteza, N° 1, Lisboa

Objeto social:

A AJH - Associação Portuguesa dos Jardins Históricos é uma pessoa coletiva de direito privado sem fins lucrativos, constituída por escritura pública em 24 de Janeiro de 2003.

Da sua atividade associativa de âmbito nacional destacam-se o apoio concedido aos associados na valorização e promoção dos seus jardins e sítios históricos, bem como, as ações promocionais junto das entidades públicas competentes.

NOTA 2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para o Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), que faz parte do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho.

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Associação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".



d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os "Impostos Diferidos" e as "Provisões" são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Disposições derrogadas

Na preparação e apresentação das demonstrações financeiras foram integralmente adotadas as disposições relevantes previstas no regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL), não existindo quaisquer derrogações.

NOTA 3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos, organizados e elaborados segundo as disposições das NCRF-ESNL.

Estas demonstrações financeiras refletem as contas individuais da Associação, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia-Geral.

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros. O Euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transações.

b) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas ao custo e apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

A rubrica "Créditos a receber" não tem implícito juros e é registada pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas "Perdas de imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.



c) Dívidas a terceiros

As dívidas a terceiros são registadas ao custo e o seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, principalmente quando há lugar a liquidação.

d) Rédito

O rédito relativo a prestações de serviços, decorrentes da atividade da Associação, é reconhecido pelo justo valor, que é o valor que as partes contraentes estipulam numa base de independência. Relativamente ao caso específico das prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

As quotas são devidas a partir do dia de inscrição e anualmente após cada período de 365 dias. São reconhecidas como proveitos no período a que respeitam.

e) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos nesta rubrica correspondem aos valores de caixa e depósitos à ordem, que são mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

f) Acontecimentos Subsequentes

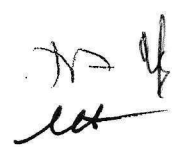
Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events") são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

NOTA 4 - POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Não ocorreram durante o exercício alterações de políticas, nem alterações significativas de estimativas e não foram identificados erros materiais relativos a períodos anteriores.

NOTA 5 – CRÉDITOS A RECEBER

Nesta rubrica estão contabilizados os créditos referentes a prestação de serviços e quotas dos associados.



NOTA 6 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

<i>Descrição</i>	31-12-2021	31-12-2021
Ativo		
IVA - a recuperar	5 197,43	4 422,52
	<u>5 197,43</u>	<u>4 422,52</u>
Passivo		
IRC a pagar	28,82	63,93
IRS - retenções na fonte	656,25	
	<u>685,07</u>	<u>63,93</u>

NOTA 7 – OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em exercícios anteriores foi realizada, pela Autoridade Tributária (AT), uma inspeção em sede de IVA da qual resultaram diversas correções ao imposto dos anos de 2018 e 2019 conforme se demonstra no quadro seguinte:

<i>Descrição</i>	<i>Valor</i>
Ano 2018	23 715,08
Juros Compensatórios	612,55
Ano 2019	11 500,00
Juros Compensatórios	436,18
	<u>36 263,81</u>

As correções efetuadas pela AT respeitam ao IVA que foi deduzido pela AJH respeitante à aquisição de bens e serviços, fundamentalmente, serviços utilizados na construção do projeto "rota dos jardins históricos", nomeadamente, candidatura, georreferenciação, website, trabalho fotográfico, etc.

A AT considerou que o imposto não poderia ter sido deduzido, uma vez que o projeto foi desenvolvido no âmbito da atividade isenta da Associação e que não seria gerador de operações sujeitas a tributação.

A Direção procedeu ao pagamento do imposto considerado devido pela AT, no montante 36.263,81€, e de seguida apresentou a respetiva reclamação graciosa argumentando que o referido projeto, deu origem a operações tributadas em IVA, nomeadamente a prestações de serviços à Câmara Municipal de Lisboa, tendo expetativa de vir a recuperar o montante adiantado à AT.

NOTA 8 – FUNDOS PATRIMONIAIS

No corrente exercício esta rubrica registou os seguintes movimentos:

<i>Descrição</i>	<i>Saldo Inicial</i>	<i>Débito</i>	<i>Crédito</i>	<i>Saldo Final</i>
Fundo	62 884,47	8 939,85	12 616,26	66 560,88
Resultado Líquido	12 616,26	12 616,26	4 205,86	4 205,86
	<u>75 500,73</u>	<u>21 556,11</u>	<u>16 822,12</u>	<u>70 766,74</u>

NOTA 9 – FORNECEDORES E OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Estão contabilizados nesta rubrica os débitos referentes à aquisição de bens e serviços relacionados com a atividade da Associação.

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

<i>Descrição</i>	31.12.2022	31.12.2021
Fornecedores		
Tripledeshign	7 734,12	-
Sombra Chinesa unipessoal, Lda	3 806,85	-
Moore Management Consultants, Lda	-	922,50
	<u>11 540,97</u>	<u>922,50</u>
Outros passivos correntes		
Sónia Roque Santos Lopes	600,00	-
Outros valores de menor expressão	269,00	-
	<u>869,00</u>	<u>-</u>

NOTA 10 – DIFERIMENTOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

<i>Descrição</i>	31-12-2021	31-12-2021
Ativo		
Gastos a reconhecer		
Licença PHC do ano seguinte	88,14	113,30
	<u>88,14</u>	<u>113,30</u>
Passivo		
Rendimentos a reconhecer		
Quotas do ano 2023 recebidas em 2022	100,00	50,00
	<u>100,00</u>	<u>50,00</u>

NOTA 11 - RÉDITO

A quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período foi a seguinte:

<i>Descrição</i>	2022	2021
Prestações de serviços		
Execução de placas		487,80
Publicações	650,00	296,00
Workshops e conferência	3 969,06	3 520,78
Consultoria Técnica		2 900,00
Programa valorização das Rotas dos Jardins históricos do Minho	29 950,00	
	<u>34 569,06</u>	<u>7 204,58</u>
Subsídios à Exploração		
Fundação Calouste Gulbenkian	10 000,00	18 000,00
Universidade CAEN		5 000,00
	<u>10 000,00</u>	<u>23 000,00</u>
Outros Rendimentos		
Quotas de Associados	23 200,00	20 225,00
Excesso de estimativa para Impostos	46,86	
Correções relativas a períodos anteriores		192,78
Outros não especificados	0,3	0,58
	<u>23 247,16</u>	<u>20 418,36</u>

NOTA 12 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os gastos com fornecimentos e serviços externos tiveram a seguinte natureza e extensão:

<i>Descrição</i>	2022	2021
Trabalhos especializados	47 210,72	26 212,29
Honorários	8 214,52	6 187,50
Serviços bancários	226,88	92,93
Ferramentas e utensílios	154,99	0,00
Artigos para oferta	288,17	0,00
Deslocações e estadas	6 036,42	3 267,15
Rendas e alugueres		496,08
Comunicação	769,73	964,73
Outros de menor expressão	5,00	113,00
	<u>62 906,43</u>	<u>37 333,68</u>



NOTA 13 - DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Direção informa que a Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, a Direção informa que a situação da Associação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.



